

Contratos Administrativos com apoio da Inteligência Artificial

A Lei nº 14.133/2021 consolidou um novo regime jurídico para as licitações e os contratos administrativos, trazendo importantes mudanças para a formalização, execução, acompanhamento, fiscalização, alteração e extinção dos contratos celebrados pela Administração Pública. A adequada gestão contratual exige dos agentes públicos não apenas o conhecimento das disposições legais, mas também capacidade para identificar riscos, acompanhar obrigações, analisar situações ocorridas durante a execução e adotar providências de forma tempestiva e juridicamente segura. Nesse contexto, o curso aborda os principais aspectos relacionados aos contratos administrativos sob a égide da Lei nº 14.133/2021, desde sua formalização até a execução e fiscalização, contemplando temas como garantias, duração contratual, recebimento do objeto, pagamentos, alterações, equilíbrio econômico-financeiro, extinção e aplicação de sanções administrativas. Além do conhecimento jurídico, as novas tecnologias vêm ampliando as possibilidades de apoio às atividades desenvolvidas na gestão dos contratos públicos. A Inteligência Artificial pode contribuir para a análise de documentos, revisão de editais e minutas contratuais, identificação de inconsistências, e apoio às atividades relacionadas à execução e fiscalização dos contratos. O curso combina, portanto, os fundamentos jurídicos, as boas práticas de gestão contratual com demonstrações de utilização da Inteligência Artificial, permitindo aos participantes compreender como essas ferramentas podem ser utilizadas nas rotinas administrativas.

Licitações e contratos

CARGA HORÁRIA

16 horas

PRÓXIMA TURMA

12 e 13 NOV · Curitiba · Presencial

INVESTIMENTO

R\$ 3.890

◆ LOCAL DO EVENTO

A definir

Curitiba - PR

◆ MATERIAL INCLUSO

- ✓ Material didático com conteúdo exclusivo
- ✓ Certificado digital com carga horária de 16 horas
- ✓ 04 coffee breaks durante o evento

♦ PARA QUEM É

- Servidores públicos que atuam, na equipe de planejamento, agentes de contratação,
- Formalização de contratos,
- Gestão e fiscalização contratual,
- Bem como demais profissionais que, direta ou indiretamente, desenvolvam atividades relacionadas aos contratos administrativos.

♦ OBJETIVOS

- Capacitar servidores públicos e demais profissionais envolvidos nas contratações públicas para atuar na formalização, gestão, acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos, de acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, utilizando ferramentas de Inteligência Artificial como recurso de apoio à análise documental, à tomada de decisão e ao aprimoramento das rotinas de gestão contratual.

♦ CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Módulo 1 – Regime Jurídico e Formalização dos Contratos Administrativos

2. • Contratos Administrativos no contexto da Nova Lei nº 14.133/21;

3. • Macroprocesso de Contratação Pública;

4. • Tipos de Editais e Contratos;

5. • Utilização de Inteligência Artificial na análise e revisão de Editais de Licitações;

6. • Divulgação dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;

7. • Regime jurídico dos contratos administrativos;

8. • Da formalização dos contratos;

9. • Cláusulas obrigatórias;

10. • Objeto e seus elementos característicos;

11. • Substituição do instrumento de contrato.

12. Módulo 2 – Garantias e Duração dos Contratos

13. • Garantias nas contratações públicas;

14. • Tipos e modalidades de garantia;

15. • Finalidade e percentuais das garantias;

16. • Seguro-garantia na Lei nº 14.133/2021;

17. • Prazo para apresentação da garantia e assinatura do contrato;

18. • Condições e validade do seguro-garantia;

19. • Consulta à regularidade da apólice de seguro-garantia;

20. • Coberturas adicionais;

21. • Garantia contratual com cláusula de retomada;

22. • Garantias e sua relação com o PNCP;

23. • Regras relacionadas à duração dos contratos;

24. • Utilização de Inteligência Artificial na análise e revisão de Minutas Contratuais ou Termos de Contrato;

25. Módulo 3 – Execução, Gestão e Fiscalização Contratual

26. • Da execução dos contratos;

27. • Decisões sobre a execução dos contratos;

28. • Fiscalização da execução do objeto contratual;

29. • Agentes envolvidos na gestão e fiscalização e o princípio da segregação de funções;

30. • Atribuições e responsabilidades do gestor e dos fiscais do contrato;

31. • Recebimento do objeto na Lei nº 14.133/2021;

32. • Compras: entrega e efetivo recebimento;

33. • Recebimento provisório e definitivo de obras e serviços;

34. • Recebimento provisório e definitivo nas compras;

35. • Responsabilidades relacionadas ao recebimento do objeto;

36. • Responsabilidade do projetista e do consultor;

37. • Pagamentos na Lei nº 14.133/2021;

38. • Ordem cronológica de pagamentos;

39. • Pagamento em situações de controvérsia quanto à execução do objeto;

40. • Glosas e seus reflexos; O pagamento antecipado na Lei nº 14.133/2021;

41. • A remuneração variável na Lei nº 14.133/2021;

42. • Retenção de pagamento por serviços executados ou fornecimentos realizados.

43. Módulo 4 – Alterações Contratuais, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Extinção dos Contratos

44. Alterações contratuais na Lei nº 14.133/2021;

45. Alteração unilateral;

46. Alteração por acordo entre as partes;

47. Valor inicial atualizado do contrato;

48. Limites para acréscimos e supressões;

49. Alteração contratual diante da ausência de preço unitário;

50. Supressões contratuais e materiais adquiridos pelo contratado;

51. Restabelecimento total ou parcial de quantitativo de item: Orientação Normativa AGU nº 50;

52. • Cuidados relacionados à antecipação dos efeitos de alterações contratuais;

53. • Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos: Revisão, Reajuste e Repactuação;

54. • Extinção do contrato.

55. Módulo 5 – Sanções Administrativas

56. • Infrações e sanções administrativas;

57. • Legislação aplicável;

58. • Princípios aplicáveis ao processo administrativo sancionador;

59. • Legalidade, devido processo legal, contraditório e ampla defesa;

60. • Tipicidade, culpabilidade e non bis in idem;

61. • Razoabilidade e proporcionalidade na aplicação das sanções;

62. • Critérios para gradação e dosimetria;

63. • Finalidades das sanções administrativas;

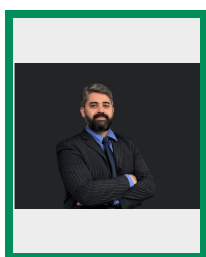
64. • Infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021;

65. • Advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade;

66. • Procedimento para apuração de inadimplemento e aplicação de penalidades;

67. • Utilização da Inteligência Artificial como apoio à análise do processo administrativo sancionador.

♦ **PALESTRANTE**



Lúcio Antônio Frezza Costa

Analista Jurídico
Ministério Público da União (MPU)

FORMAÇÃO

- Especialização em Direito e Jurisdição. (Carga Horária: 720h). Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, ESMA DF, Brasil.
- Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 600h). Faculdade Processus, PROCESSUS, Brasil.
- Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 383h). Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, IMIH, Brasil.
- Graduação em Direito. Centro Universitário do Triângulo, UNITRI, Brasil.

EXPERIÊNCIA

- Analista Jurídico no Ministério Público da União (MPU), com lotação na Procuradoria-Geral do Trabalho (MPT);
- Experiência em Controle Interno no Ministério do Meio Ambiente (MMA);

- Consultoria Jurídica no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
- Assessoria Jurídica ao Procurador-Geral do Trabalho

♦ COMO CONTRATAR

Inexigibilidade (art. 74, III da Lei 14.133/2021) ou dispensa em razão do valor (art. 75). Kit de contratação completo, sem cadastro, disponível em capacitacaolegal.com.br/como-contratar.

CONTATO

WhatsApp 41991900472 · contato@capacitacaolegal.com.br · capacitacaolegal.com.br